



## Floresta, urgente

*A indústria madeireira depende do fornecimento contínuo e crescente de matéria-prima a preços competitivos*

**ALFREDO HOMMA**

Apesar da ênfase dada ao manejo florestal como a solução para a extração madeireira na Amazônia, a definição de uma política de estímulo ao reflorestamento é mais do que urgente. Algumas iniciativas em Mato Grosso, Maranhão, Amapá, Pará e Rondônia constituem sinais indicativos dessa tendência.

O volume de exportação de madeira no Pará, que já chegou a atingir quase US\$350 milhões em 1995, mostra a importância desse setor e sua conseqüente verticalização, com capacidade para triplicar esse valor. A manutenção da indústria madeireira e sua verticalização vão depender da garantia de fornecimento contínuo e crescente de madeira a preços competitivos. À medida que os estoques de madeira extrativa se tornam mais distantes, os custos de transporte tendem a inviabilizar essa atividade. O crescimento da oferta de madeira extrativa depende do acesso a novas áreas, cada vez mais difícil no contexto das políticas ambientais.

A implantação de guseiras no complexo Carajás, no

Pará e Maranhão, indica uma demanda potencial de 30 mil hectares/ano de eucalipto para a produção de carvão vegetal. No longo prazo, a sobrevivência dessa atividade não pode depender da atual utilização de carvão vegetal de florestas nativas cada vez mais distantes. Grande parte das iniciativas de reflorestamento no Sul do Pará e Maranhão deve avançar nesse sentido.

O mercado de papel e celulose constitui outro estímulo para o reflorestamento na Amazônia. O Projeto Jari, iniciado em 1967, proporcionou grande experiência com o plantio de gmelina, pínus e eucalipto, – atualmente predominante –, tornando Pará e Amapá produtores de pasta química de madeira a partir de 1978. O volume máximo de exportação desse produto no Pará já chegou a atingir mais de US\$142 milhões em 1995. A entrada da Champion, no Amapá, é uma indicação da tendência das indústrias de papel e celulose em direção à Amazônia. A escassez e o custo das terras no Sudeste e Sul do país, aliados a maiores pressões com relação à polui-

ção, tendem a transferir essas indústrias para regiões com disponibilidade de terras a baixo custo, menores pressões pela qualidade ambiental e infra-estrutura de transporte.

No contexto mundial, o Brasil produz metade da celulose de fibra curta (eucalipto), é o sétimo em celulose (fibra curta e longa) e o décimo primeiro em papel. Para atender ao consumo interno e de exportação, o país deve plantar nos próximos cinco anos pelo menos 3 milhões de hectares de árvores de rápido crescimento.

Maranhão, Tocantins e Mato Grosso, situados na borda da floresta amazônica, já começam a sentir a escassez de madeira para construções rurais (cercas, currais, casas), lenha para fabricação de farinha e para cozinha. Mesmo no Pará, primeiro lugar nacional na produção de mandioca, os produtores de farinha nas regiões produtoras do Nordeste paraense já encontram

grande dificuldade em conseguir lenha para torrar a farinha. É importante que nessas áreas produtoras de farinha sejam postos em prática programas de reflorestamento para garantir a lenha – que chega a representar 10% do custo de produção da farinha de mandioca.

O reflorestamento para a produção de madeiras nobres e compensados pode constituir grande opção futura, substituindo o atual extrativismo madeireiro. Grandes plantações de teca, madeira de origem asiática, com preços três vezes superiores ao mogno, estão sendo desenvolvidas, principalmente em Mato Grosso, nos municípios de Cáceres e Jangada. No Pará, destaca-se o excelente plantio de 300ha de mogno em Paragominas. Em Medicilândia, um produtor gaúcho por iniciativa própria resolveu plantar mogno consorciado com cacau, no início da década de 70, contrariando as normas então vigentes. Se todos os produtores de cacau na Transamazônica (30 mil hectares) tivessem plantado mogno, hoje a região seria totalmente diferente.

Um exercício hipotético ressalta a importância do reflorestamento com madeiras nobres, cujos estoques naturais têm seus dias contados. Como as exportações de mogno serrado no Brasil já atingiram 250 mil metros cúbicos – e considerando que uma árvore de mogno só poderia produzir 1,5m<sup>3</sup> de madeira depois de 40 anos, adotando-se um espaçamento 6m x 6m, o que daria 277 árvores/hectare –, seriam necessários apenas 40 mil hectares de plantio, com corte anual de mil hectares. Essa área na Amazônia poderia ser conduzida com toda facilidade por 40 empresários que se dispusessem a

plantar, cada um, mil hectares. Adotando-se sistemas agroflorestais, na perspectiva de sua difusão para pequenos produtores, com menor densidade de árvores de mogno, essa área poderia ser triplicada ou quadruplicada, em torno de 120 mil a 160 mil hectares, envolver um público de 60 mil a 80 mil pequenos produtores, que seriam estimulados a plantar 2ha de mogno ou outra espécie de madeira nobre em suas propriedades.

Há, sem dúvida, desafios tecnológicos relativos à domesticação, que precisam ser vencidos para que o reflorestamento se torne uma nova atividade na Amazônia. Além dos estímulos financeiros apropriados, a convivência com a prática da agricultura de derruba e queima constitui um risco de incêndio que precisa ser eliminado. Os exemplos desse risco estão visíveis em diversas partes da Amazônia, nas experiências do antigo agroambiental do Tocantins, em Marabá, no plantio em

Redenção. As prefeituras deveriam tomar a iniciativa de fornecer mudas de espécies florestais aos pequenos produtores, por sua facilidade e pela oportunidade de recuperação de áreas degradadas. A baixo custo, programas dessa natureza podem fazer com que em 20 a 30 anos os municípios possam contar com inestimável riqueza florestal.

Na medida do possível, as indústrias madeireiras, especial-

mente as de celulose, devem envolver contingentes de pequenos e médios produtores no processo de fornecimento parcial de matéria-prima. Eventos como o do Projeto Jari – que no início da década de 90 passou por uma crise de fornecimento de matéria-prima, obrigando ao transporte de eucalipto em navios do município de Alagoínhas, na Bahia – poderiam ter sido evitados se tivesse sido estimulado o reflorestamento no Nordeste paraense.

Os países desenvolvidos deveriam ter um compromisso maior com relação ao reflorestamento parcial das áreas desmatadas na Amazônia, que alcançam mais de 60 milhões de hectares – mais que a soma dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Seria um modo de seqüestrar o gás carbônico produzido em seus países, gerar renda e emprego e garantir o fornecimento de madeira para as gerações futuras com proteção das florestas nativas.

**O Brasil produz metade da celulose de fibra curta (eucalipto), é o sétimo em celulose (fibra curta e longa) e o décimo primeiro em papel. Para atender ao consumo interno e de exportação, o país deve plantar nos próximos cinco anos pelo menos 3 milhões de hectares de árvores de rápido crescimento.**

**ALFREDO HOMMA** é pesquisador da Embrapa Amazônia Ocidental – Belém (PA), engenheiro agrônomo, doutorado em economia agrícola. [homma@cpatu.embrapa.br](mailto:homma@cpatu.embrapa.br)

